

## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADO EM 29 DE SETEMBRO DE 2025

**Data, Hora e Local:** Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2025, às 10h00 horas, no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco "A", Sala 10, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000;

**Convocação e Presença:** Reuniram-se os subscritores do capital da Sociedade Anônima de Propósito Específico **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.**, em constituição, representando 100,00% (cem por cento) do capital social, de acordo com o boletim de subscrição, conforme segue: **ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco A, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001-74, neste ato representada pelo seu sócio administrador Sr. **Rodson Luiz Lopes**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade CI-RG nº 4.057.648-7, SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 532.236.329-72, endereço eletrônico: [rodsonllopes@engeluz.com.br](mailto:rodsonllopes@engeluz.com.br), residente e domiciliado a Rua Eduardo Sprada, 344, Bairro Campo Comprido, Curitiba, Paraná; e **TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Parigot de Souza PR, s/n, Km 254 BL C, Distrito Industrial, Wenceslau Braz/PR, CEP 84.950-000, telefone (43) 35281467, e-mail: [renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br](mailto:renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br), devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.396.138/0001-14, neste ato representado por seu sócio administrador Sr. **Renan Rawlyk Lopes**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.462.929-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 007.229.669-03, domiciliado a Avenida Francisco Matarazzo, 1752, conjunto 1001, bairro Água Branca, CEP 05001-200 São Paulo/SP, endereço eletrônico: [renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br](mailto:renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br), domiciliado a Avenida Francisco Matarazzo, 1752, conjunto 1001, bairro Água Branca, CEP 05001-200 São Paulo/SP.

**MESA:** Os Acionistas presentes elegeram para dirigir os trabalhos desta Assembleia, o Sr. Rodson Luiz Lopes (Presidente), que, por sua vez, convidou para secretariar os trabalhos o Sr. Renan Rawlyk Lopes (Secretário).

**Edital de Convocação:** Dispensado consoante o prescrito no artigo 124, §4º, da Lei 6.404/1976, em face da presença de todos os acionistas. **Ordem do Dia: 1)** - Constituição de uma Sociedade Anônima de Propósito Específico de capital fechado consoante artigo 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais vigentes, sob a denominação **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.**, e terá sede no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco "A", Sala 10, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000; **2)** Análise, discussão e aprovação do estatuto social; **3)** - Eleição dos membros da Diretoria Executiva; **4)** - Aprovação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

**Deliberações Tomadas:** 1) Instalada a assembleia, foi lida e discutida a ordem do dia, deliberando os presentes por unanimidade de votos pela constituição de uma

Sociedade Anônima de Propósito Específico de capital fechado, com a denominação **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.**, com capital social de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas neste ato ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação cada uma, totalmente subscritas pelos presentes na forma dos boletins de subscrição e recibo de depósitos bancários, que serão levados a arquivamento na Junta Comercial do Estado de Paraná, juntamente com esta Ata, na forma de **ANEXO I**; 2) O modelo de Estatuto Social previamente proposto e entregue aos participantes foi lido, discutido e aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes, que o subscrevem e autorizam o arquivamento na Junta Comercial do estado do Paraná na forma de **ANEXO II** a esta Ata; 3) Aprovar a eleição de membros da Diretoria, a saber: (a) Sr. **Rodson Luiz Lopes**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade CI-RG nº 4.057.648-7, SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, endereço eletrônico: [rodsonllopes@engeluz.com.br](mailto:rodsonllopes@engeluz.com.br), residente e domiciliado a Rua Eduardo Sprada, 344, Bairro Campo Comprido, Curitiba, Paraná; (b) Sr. **Renan Rawlyk Lopes**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.462.929-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 007.229.669-03, endereço eletrônico: [renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br](mailto:renan.lopes@tecnoluzengenharia.com.br), domiciliado a Avenida Francisco Matarazzo, 1752, conjunto 1001, bairro Água Branca, CEP 05001-200 São Paulo/SP. Os Diretores tomam posse nos seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse, parte integrante desta Ata na forma de **ANEXO III**; 4) Foi convencionada a renúncia por parte da diretoria empossada de qualquer remuneração a título de pró-labore, inclusive em caso de prorrogação de mandato. Em cumprimento ao disposto no art. 80 da Lei 6.404/1976, o Presidente da Mesa está fazendo anexar os recibos totalizando o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), correspondente a 100% (cem por cento) do valor do capital social subscrito e integralizado pelas acionistas, ENGELUZ e TECNOLUZ, cujo comprovantes de depósitos deverão ser apresentados na Junta Comercial do Estado do Paraná, juntamente com o arquivamento desta ata.

### **Declaração de Desimpedimento**

Os Diretores eleitos para o primeiro mandato declaram que não estão incurso em qualquer crime que os impeça de exercer as atividades empresariais, especialmente, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em conformidade do que dispõe as regras da Lei nº 6.404/76 e parágrafo primeiro do artigo 1.011 do Código Civil Brasileiro.

### **Encerramento e ata:**

Finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente deixou a palavra para quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata, redigida na

forma prevista pelo Artigo 130 da Lei nº. 6.404/1976, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizam a publicação na forma de sumário.

Esta é cópia fiel da ata que se encontra lavrada no livro de Atas de Assembleias gerais.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025

Mesa:

---

Rodson Luiz Lopes (Presidente)

---

Renan Rawlyk Lopes (Secretário)

Acionistas:

---

**ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA**

Rodson Luiz Lopes

---

**TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA**

Renan Rawlyk Lopes

Visto do Advogado

Vinícius Ramos Guimarães Batista

OAB/SP 468.304

**Anexo I**

**Boletim de Subscrição**

**ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco A, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001-74.

**Número e Preço de Emissão das Ações Subscritas:** 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

**Valor Total da Subscrição e Integralização:** R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Forma de Integralização:** totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025.

Acionista Subscritor:

---

**ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA.**

Rodson Luiz Lopes

**Anexo I**

**Boletim de Subscrição**

**TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Parigot de Souza PR, s/n, Km 254 BL C, Distrito Industrial, Wenceslau Braz/PR, CEP 84.950-000, inscrita no CNPJ sob nº 01.396.138/0001-14.

**Número e Preço de Emissão das Ações Subscritas:** 500 (quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

**Valor Total da Subscrição e Integralização:** R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Forma de Integralização:** totalmente integralizado neste ato em moeda corrente nacional.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025.

Acionista Subscritor:

---

**TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA.**

Renan Rawlyk Lopes

**Anexo I**  
**Boletim de Subscrição**

<b>Resumo</b>		
Acionistas	Ações Nº	Valor
<b>ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA.</b> , pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco A, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001-74; e	500	R\$ 500,00
<b>TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA.</b> , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Parigot de Souza PR, s/n, Km 254 BL C, Distrito Industrial, Wenceslau Braz/PR, CEP 84.950-000, telefone (43) 35281467, e-mail: tecnoluz@onda.com.br, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.396.138/0001-14.	500	R\$ 500,00
	1.000	R\$ 1.000,00

## ANEXO II

### ESTATUTO SOCIAL DA ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.

#### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**Artigo 1º** - A **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A** (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede, foro e domicílio no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco “A”, Sala 10, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, depósitos ou escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Diretoria, observadas as restrições legais a respeito.

**Artigo 3º** - A Companhia tem como objeto o exercício das atividades voltadas para a execução do contrato de parceria público privada firmado no âmbito do Edital de Concorrência 90003/2025, publicado pelo MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, para: “delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de ILUMINAÇÃO PÚBLICA no MUNICÍPIO, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nela incluídos todos os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA localizados dentro dos limites territoriais do MUNICÍPIO, de acordo com o CONTRATO e seus ANEXOS”.

**Artigo 4º** - A Companhia iniciará suas atividades após o devido registro, e o seu prazo de duração é de 14 (quatorze) anos, podendo ser prorrogado se assim o for o Contrato de Concessão a que está atrelado, estendendo sua vigência, pelo tempo necessário à liquidação e extinção de todas as obrigações dele decorrentes.

#### CAPÍTULO II

##### DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

**Artigo 5º** - O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional,

dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto.

**Artigo 6º** - Em caso de um dos acionistas receberem oferta de transferência de ações, o acionista deverá, preliminarmente, após o interesse na venda, oferecer as mesmas condições aos demais acionistas. Estes, por sua vez, terão direito de preferência para adquirir as ações na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo 1º** - O prazo para que os acionistas exerçam seu direito de preferência sobre as ações ofertadas é de 30 dias, contados a partir da notificação. Caso haja mais de um acionista interessado, a aquisição das ações será rateada entre eles, proporcionalmente à sua participação no capital social.

**Parágrafo 2º** - Não sendo exercido o direito de preferência após o prazo de 30 dias, o acionista que deseja realizar a venda, não poderá realizar em condições diferentes à da apresentada ao direito de preferência.

**Artigo 7º** - Não havendo o direito de preferência, para admissão de um novo sócio, é necessária a aprovação de, no mínimo, a maioria simples dos sócios remanescentes.

**Artigo 8º** - O Direito de Preferência não será aplicável no caso de transferência de ações de um acionista para uma sociedade da qual tal acionista seja controladora.

**Artigo 9º** - Fica expressamente proibida a utilização das cotas/ações da sociedade como garantia em qualquer tipo de operação, seja ela civil ou comercial. A alienação das cotas/ações, inclusive para fins de garantia, somente poderá ocorrer mediante a prévia autorização da assembleia geral.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 10º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

**Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante anúncio publicado, carta com aviso de recebimento ou e-mail com protocolo de recebimento, contendo a indicação das matérias objeto da ordem do dia, data, hora e local de sua realização, podendo ser



realizada de forma semipresenciais ou digitais, sendo para fins legais, o endereço da sede como o da realização.

**Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral será presidida por um Presidente escolhido pelos Acionistas, ao qual é facultado cumular também as funções de secretário, ou indicar, dentre os presentes, alguém para fazê-lo, que será responsável por lavrar a Ata da Assembleia e assiná-la em conjunto com o Presidente.

**Parágrafo 3º** - Ressalvada as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas presentes. A segunda convocação será enviada com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data da reunião.

**Parágrafo 4º** - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando todos os Acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou expressamente se declararem cientes da ordem do dia, data, hora e local.

**Parágrafo 5º** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas em formato presencial, semipresencial ou digital, conforme as regras deste Estatuto. Os acionistas poderão participar e votar remotamente, utilizando plataforma eletrônica fornecida e direcionada pelo presente, na forma do parágrafo primeiro acima, devendo ainda, observar:

- (i) As atas das Assembleias Gerais digitais terão validade legal e serão assinadas eletronicamente;
- (ii) Todos os documentos necessários à participação dos acionistas serão encaminhados, na forma do parágrafo primeiro acima;
- (iii) Todas as assembleias serão gravadas e arquivadas na sede da companhia;
- (iv) As atas podem ser lavradas na forma de certidão, em meio digital, e assinadas eletronicamente com certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

**Artigo 11º** - Não obstante outras matérias previstas em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações sobre as seguintes matérias dependerão de aprovação dos Acionistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social:

- (i) Modificação do Estatuto Social;
- (ii) Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- (iii) Eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

- (v) Contratação de empréstimos ou qualquer tipo de financiamento ou obrigação financeira ou mútuo entre acionistas com a Companhia na qualidade de devedora ou garantidora, cujo valor ultrapasse a quantia total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (vi) Aprovação para alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo permanente, ou a ele destinados, cujo valor individual exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceção feita a oneração que tenha por finalidade a garantia de empréstimos obtidos junto a agências oficiais de financiamento ou instituições financeiras e necessários à execução do projeto objeto do financiamento ou à execução de planos de expansão comprovadamente econômicos e caracterizados como dentro dos objetivos da Companhia;
- (vii) Aprovação para contratação de obras, serviços e outros com terceiros, inclusive acionistas, em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por contrato;
- (viii) Aprovação do orçamento e plano de investimentos anuais; e
- (ix) Propositura de ação administrativa ou judicial em face do Poder Concedente.

**Parágrafo 1º** - Não poderão ser tratadas em Assembleia Geral as matérias que não estiverem incluídas na convocação, salvo quando sua inclusão para discussão for aprovada pela unanimidade dos Acionistas.

**Parágrafo 2º** – As deliberações dos Acionistas serão tomadas com base nos quóruns definidos em lei, atribuindo-se a cada Acionista o direito a voto proporcional às suas ações.

**Parágrafo 3º** – As deliberações tomadas em conformidade com a Lei e o presente Contrato vinculam todos os Acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

**Parágrafo 4º** - As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Seção I – Da Diretoria**

**Artigo 12º** - A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes do Brasil, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-presidente.

**Parágrafo 1º** - A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral.

**Parágrafo 2º** - Os Diretores são investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.

**Parágrafo 3º** - No caso de ausência, renúncia, falecimento ou incapacidade de qualquer Diretor, este deverá ser substituído por outro eleito pela Assembleia Geral.

**Artigo 13º** - Compete à Diretoria:

- (i) instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- (ii) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (iii) representar a Companhia, perante terceiros, e suas sociedades controladas e coligadas bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças do Acordos de Acionistas da Companhia;
- (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

**Artigo 14º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

**Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da totalidade de seus membros.

**Parágrafo 2º** - Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação, serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do parágrafo terceiro abaixo.

**Parágrafo 3º** - Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, carta ou telegrama, enviados à Companhia, caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

**Parágrafo 4º** - Nas reuniões, a Diretoria delibera por unanimidade de votos, cabendo a cada Diretor um voto.

**Parágrafo 5º** - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

**Artigo 15º** - Observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º abaixo, caberá aos Diretores ou aos procuradores por eles constituídos em nome da Companhia, de acordo com este Estatuto Social, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Companhia, para tanto dispondo eles, entre outros poderes, dos necessários para representar a Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo e fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como perante autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e entidades privadas.

**Parágrafo 1º** – A Companhia será representada exclusivamente pelo Diretor Presidente, ou por procurador constituído com poderes específicos, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos;
- (ii) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha;
- (iii) abertura e encerramento de contas bancárias da Companhia;
- (iv) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, a Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, as Juntas Comerciais Estaduais, o Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza, em atos que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos.

**Parágrafo 2º** – Todos os demais atos e operações de administração dos negócios sociais deverão ser obrigatoriamente assinados pelo Diretor Presidente, em nome da Companhia.

**Parágrafo 3º** – Exceto o previsto no Parágrafo 1º e 2º acima, os seguintes atos dependerão, necessariamente, da assinatura dos 02 (dois) diretores em conjunto ou procurador da Companhia:

- (i) participação da Companhia em consórcios e/ou associações de classe, bem como a determinação de como a Companhia exercerá o direito de voto de que seja titular em associações de classe, inclusive no tocante à sua retirada e com relação à eleição e destituição de administradores de tais entidades;
- (ii) realização de qualquer negócio com Acionistas, administradores da Companhia ou de sócios, cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer dessas pessoas;
- (iii) ajuizamento de ação, instalação de procedimento arbitral ou de outro procedimento amigável em que a Companhia tenha interesse de agir, confissão, transação, desistência, renúncia ou perdão de qualquer disputa;
- (iv) qualquer adoção, alteração ou extinção de qualquer plano de cargos, salários e benefícios de Diretores, empregados ou executivos da Companhia.

**Parágrafo 4º** - Aos diretores é vedado fazerem-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Companhia, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar.

**Parágrafo 5º** - As procurações outorgadas pela Companhia dar-se-ão pela assinatura conjunta dos 3 (três) Diretores, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado a 02 (dois) anos.

**Parágrafo 6º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador devidamente constituído que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Companhia, salvo nas situações expressamente previstas no presente Estatuto Social ou mediante autorização expressa dos Acionistas detentores da maioria do capital social votante.

**Artigo 16º** - A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal e global ou individual, obedecido o disposto no *caput* do art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretoria, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global.

## Seção II - Do Conselho Fiscal

**Artigo 17 °** - A Companhia terá Conselho Fiscal não-permanente, o qual, quando instalado a pedido de Acionistas nos termos da lei, compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e terá as atribuições conferidas na lei, considerando-se ter renunciado ao cargo o Conselheiro que deixar de atender a duas convocações consecutivas.

## CAPÍTULO V

### DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Artigo 18º** - O exercício social da Companhia encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, levantando-se nesta data o balanço geral e demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

**Parágrafo 1º** - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá levantar balanços patrimoniais e poderá ser determinado o pagamento de dividendos aos Acionistas em períodos menores que o do exercício social, sendo certo que o pagamento de referidos dividendos será computado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 19º** - O lucro líquido do exercício terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável.

**Artigo 20º** - A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo certo que todo e qualquer pagamento realizado a título de juros sobre capital próprio, líquido dos tributos de fonte incidentes (imposto de renda retido na fonte), será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia a título de pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

## CAPÍTULO VIII

### DOS APORTES

**Artigo 21º** - Os acionistas da Companhia obrigam-se a realizar aportes financeiros na proporção de suas respectivas participações, em conformidade com o plano de negócios apresentados antes da vitória do certame licitatório que o originou a abertura da presente Sociedade de Propósito Específico, visando a boa execução do Contrato de Concessão.

**Parágrafo 1º** - Em caso de inadimplência de um sócio, os demais sócios terão o direito de realizar o aporte em seu lugar. Será acrescida de uma multa de 10% sobre o valor do aporte não realizado.

**Parágrafo 2º** - O valor total do aporte adicional realizado pelo(s) sócio(s) remanescentes, calculado com o acréscimo de um bônus de 10% sobre o valor original do aporte, será utilizado para abater as quotas sociais de cada sócio. Esse abatimento será realizado de maneira proporcional à participação de cada sócio no capital social da empresa, considerando os valores já investidos por cada um e corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Parágrafo 3º** - As partes poderão revisar periodicamente o plano de negócios e as necessidades de investimento da sociedade, ajustando as obrigações de aporte dos sócios, tal revisão se dará mediante Assembleia Geral na forma do capítulo III, deste estatuto.

## **CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 22º** – Observada a legislação aplicável, a Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

**Parágrafo Único** – A retirada, extinção, exclusão, falência ou recuperação judicial de qualquer dos Acionistas não dissolverá a Companhia, que prosseguirá com os remanescentes, observadas as disposições legais aplicáveis, a menos que estes, de comum acordo, resolvam liquidá-la, desde que haja expressa autorização do Poder Concedente.

## **CAPÍTULO X DA COMARCA**

**Artigo 23º** - Fica eleito o foro da Comarca de Wenceslau Braz, Paraná, para dirimir qualquer controvérsia relativa ao exercício e ao cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 24º** – Todos os participantes deverão atender ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”).

**Artigo 25º** - Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025

### **Sócios/Acionistas:**

---

**ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA**

Rodson Luiz Lopes

---

**TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA**

Renan Rawlyk Lopes

Visto do Advogado  
Vinícius Ramos Guimarães Batista  
OAB/SP 468.304



### ANEXO III

#### TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Eu, **RODSON LUIZ LOPES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado a Rua Eduardo Sprada, 344, Bairro Campo Comprido, Curitiba, Paraná, tendo sido eleito para o cargo de Diretor sem designação específica da **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.**, sociedade anônima, com sede no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco "A", S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, em fase de constituição (a "Companhia"), com mandato por um prazo de 3 (três) anos, vigente a partir da assinatura do presente termo, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado ou sob os efeitos de condenação, a pena que me vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Ainda, declaro não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, nos termos do Artigo 147, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e me comprometo a servir com lealdade à Companhia, manter reserva sobre seus negócios e guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do meu cargo de Diretor Presidente da Companhia, nos termos e para os fins do Artigo 155 da Lei das S.A.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei das S.A., declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025.

---

**RODSON LUIZ LOPES**

**ANEXO III**  
**TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Eu, **RENAN RAWLYK LOPES**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.462.929-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 007.229.669-03, domiciliado a Avenida Francisco Matarazzo, 1752, conjunto 1001, bairro Água Branca, CEP 05001-200 São Paulo/SP, tendo sido eleito para o cargo de Diretor sem designação específica da **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.**, sociedade anônima, com sede no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco “A”, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, em fase de constituição (a “Companhia”), com mandato por um prazo de 3 (três) anos, vigente a partir da assinatura do presente termo, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro ainda, sob as penas da lei, que não estou impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado ou sob os efeitos de condenação, a pena que me vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Ainda, declaro não ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, nos termos do Artigo 147, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e me comprometo a servir com lealdade à Companhia, manter reserva sobre seus negócios e guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do meu cargo de Vice Presidente da Companhia, nos termos e para os fins do Artigo 155 da Lei das S.A.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei das S.A., declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Wenceslau Braz (PR), 29 de setembro de 2025.

---

**RENAN RAWLYK LOPES**

**Comprovante de Transação Bancária**

Transferência entre Contas Bradesco

Data da operação: 08/10/2025 - 16h08

Nº de controle: 731143146179373660 | Documento: 3645569

Conta de débito: **Agência: 3645 | Conta: 0014565-3 | Tipo: Conta-Corrente**Empresa: **TECNOLUZ ELETRECIDADE LTDA ME | CNPJ: 001.396.138/0001-14**Conta de crédito: **Agência: 3645 | Conta: 0007928-6 | Tipo: Conta-Corrente**Nome do favorecido: **ILUMINA FRANCISCO BELTRAO SPE SA**Valor **R\$ 500,00**Data de débito: **08/10/2025**Descrição: **INICIO CAPITAL ILUM FRANCISCO B**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa.

**Autenticação**

nGf9kLV5 LbVaaxym bI8xL3NP gc6D3Nwy BtsaTBE5 BChcKFMN q6Z8duJ4 6yRtgDDe  
3EMk3T2q s8ikMR2T qdD7YDRr zwnFtAWb QmLVJ8vp RdMRK?Vr sPjezxY9 avBAZhL4  
aeyigjYC MYzzXful VzrjQ@iw T8o8VUj@ \*jkwSctw ?acgowMQ 54563054 82506100

**SAC - Serviço de  
Apoio ao Cliente**Alô Bradesco  
**0800 704 8383**Deficiente Auditivo ou de Fala  
**0800 722 0099**Cancelamentos, Reclamações e  
Informações.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco.**Ouvidoria** **0800 727 9933** Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

**Comprovante de Transação Bancária**

Transferência entre Contas Bradesco

Data da operação: 08/10/2025 - 16h04

Nº de controle: 653459630209979640 | Documento: 3645903

Conta de débito: **Agência: 3645 | Conta: 0007445-4 | Tipo: Conta-Corrente**Empresa: **ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE EIRELI | CNPJ: 085.489.078/0001-74**Conta de crédito: **Agência: 3645 | Conta: 0007928-6 | Tipo: Conta-Corrente**Nome do favorecido: **ILUMINA FRANCISCO BELTRAO SPE SA**Valor **R\$ 500,00**Data de débito: **08/10/2025**Descrição: **INICIO CAPITAL ILUM FRANCISCO B**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa.

**Autenticação**

mfQclPZm 579VaV7y ?J@8#?E5 wVpJyT#N 5#QY?2OV EEWy1jZv OL?iAwaZ Ec4eP4zZ  
BCPxGCEK 8RXYC2Xd xMIqJpvA 3Ivr8tOw CUp5rClQ o8\*qH#Jv a#xpang@ BjQ2ekkv  
Yo5H\*dO7 tXEcObfK 6hGYVeyr Ij6md6pG 3y5MM2ZM ZTMhCALa 54544054 82501100

**SAC - Serviço de  
Apoio ao Cliente**Alô Bradesco  
**0800 704 8383**Deficiente Auditivo ou de Fala  
**0800 722 0099**Cancelamentos, Reclamações e  
Informações.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco.**Ouvidoria** **0800 727 9933** Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

09/OUT/2025 16:46

BRADESCO - EXTRATO

CICSM12 AT40

3645 PL CORP CURITIBA I 07-52 7.928-6 ILUMINA FRANCISCO BELTRAO SPE SA

d a t a	h i s t o r i c o	n.docto	v a l o r
	Saldo em 09/10/2025		0,00
08/10/2025	01158 TRANSF CONTAS	3645569	500,00
	TECNOLUZ ELETRECIDADE LTDA ME		
08/10/2025	01158 TRANSF CONTAS	3645903	500,00
	ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDAD		
	Saldo em 08/10/2025		1.000,00

Sujeito a alteracoes

-----

09/OUT/2025 16:56

BRADESCO - SALDOS

CICSM12 AT15

3645 PL CORP CURITIBA I 07-52 7.928-6 ILUMINA FRANCISCO BELTRAO SPE SA

DISPONIVEL

= Total Disponivel ..... 1.000,00

+ Conta Corrente ..... 1.000,00

Total de Recursos ..... 1.000,00



Saldo Disp. p/ Investimento .....

1.000,00

Sujeito a alteracoes

Fim

-----



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ILUMINA FRANCISCO BELTRAO SPE S.A. consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00722966903	
53223632972	
47901121874	